

NOS CAMINHOS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UMA AMOSTRA DE ABORDAGEM DE UM EDITORIAL JORNALÍSTICO

Maria Aparecida Resende OTTONI*

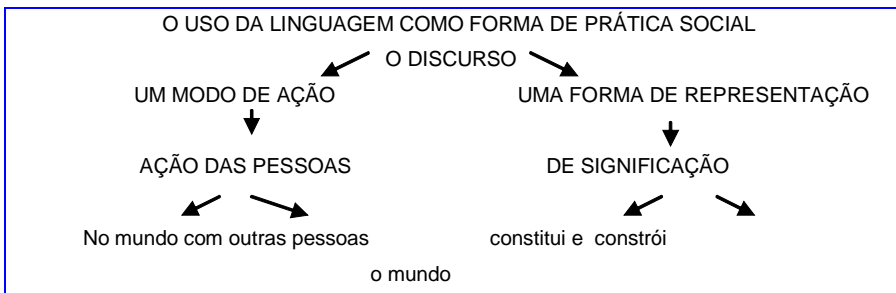
Resumo: Neste artigo, nós apresentamos uma análise de discurso crítica de um editorial jornalístico, de acordo com o arcabouço proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999). Nós investigamos como as identidades são representadas nesse gênero discursivo à luz da Análise de Discurso Crítica e da Lingüística Sistêmico-funcional (Halliday, 1994). Nossa análise mostra a necessidade de os(as) leitores(as) terem uma consciência lingüística crítica para serem capazes de desvelar os sentidos e ideologias subjacentes aos discursos e não se tornarem meros(as) reprodutores(as) e mantenedores(as) das relações assimétricas de poder.

Palavras-chave: análise de discurso crítica; lingüística sistêmico-funcional; gênero discursivo; identidades.

Considerações Preliminares

No mundo contemporâneo, cada vez mais cresce a conscientização sobre a importância da linguagem que se insere como sistema mediador de todos os discursos, no contexto da *modernidade tardia*. Da mesma forma, aumenta a necessidade e a relevância de novas práticas sociais relativas ao uso de diferentes gêneros discursivos, os quais representam diferentes identidades e atuam na constituição das mesmas.

Para visualizarmos melhor o papel da linguagem, propomos o esquema abaixo, baseado em Fairclough (2001, p. 90-91):



* Professora da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU). Mestre em Lingüística pela UFU. Doutoranda em Lingüística pela UnB, área de concentração: Linguagem e Sociedade. e-mail: cidotoni@gmail.com.

Este trabalho se insere como articulador de algumas áreas de pesquisa relacionadas aos estudos da linguagem e estudos culturais, numa tentativa de associar a questão de *gênero discursivo e constituição de identidades à perspectiva funcional da linguagem e a análise de discurso crítica (ADC)*.

Como, no Brasil, ainda são poucos os trabalhos que utilizam o novo arcabouço analítico da ADC, proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), buscamos, aqui, fornecer uma pequena amostra de análise, com base nesse novo modelo. Dada a limitação de espaço deste artigo, nosso objeto de análise constitui-se de apenas um texto veiculado pela mídia o que, na verdade, não reduz a riqueza da investigação. O texto em estudo aborda a questão dos movimentos sociais no Brasil, em especial, do MST (movimento dos sem-terra), e foi veiculado no editorial do Jornal do Brasil.

Buscamos mostrar, empiricamente, como a gramática, as metafunções da linguagem, o gênero e o discurso estão interligados nessa prática social.

Para esse fim, apoiamos-nos nos fundamentos da Análise de Discurso Crítica (ADC) desenvolvidos por Fairclough (trad.2001) e Chouliaraki e Fairclough (1999) - em que o discurso é visto como uma prática social que tanto pode promover mudanças quanto manter as práticas existentes, posicionando os sujeitos na sociedade -, em união com a Linguística Sistemico-funcional, de Halliday (1994). Além disso, procuramos focalizar o estudo dos gêneros discursivos, seguindo Bakhtin (1997), Christie e Martin (1997), Eggins e Martin (1996) e Meurer e Roth (2002).

A seguir, faremos uma breve exposição dos pressupostos teóricos, para depois apresentarmos a análise propriamente dita.

Gêneros Discursivos

De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), os textos vão mediar as relações sociais, via discurso; o que eles chamam de 'mediação textual da sociedade'. O discurso, por sua vez, se realiza nos textos (em suas diversas formas de semiose), ou seja, estes realizam os momentos discursivos das práticas sociais. Dessa forma, pode-se dizer que os textos têm relação intrínseca com a vida social; eles são compreendidos em sua historicidade, que traz consigo os aspectos culturais da vida social.

Não podemos deixar de mencionar, aqui, a compreensão dialógica da linguagem de Bakhtin (1997, p.199). Segundo ele, os enunciados são compreendidos em uma teia de relações; assim, todo enunciado é considerado heterogêneo, uma vez que engendra, articula e transforma, de alguma forma, outros enunciados. Contudo, esse movimento dialógico possui certos limites impostos por cada época e circunstâncias sociais particulares. De acordo com o autor, esses limites concretizam-se na forma de *gêneros discursivos*. Estes são por ele conceituados como sendo *organizações relativamente estáveis de enunciados ligados às diversas esferas de atividade humana, as quais apresentam uma determinada 'estrutura composicional', ligada a uma ocasião particular*.

Assim, as limitações para a constituição dos gêneros discursivos são históricas e sociais e, por conseguinte, são os fatores externos ao sistema lingüístico que determinam a organização e os sentidos dos enunciados.

No Brasil, nos últimos anos, é possível perceber uma crescente produção científica voltada para a reflexão sobre esse tema. Cada vez mais tem-se evidenciado a necessidade de se refletir sobre gênero não apenas como tipo textual, mas também, e, sobretudo, como categoria que envolve “processos específicos de produção, distribuição e consumo de textos” (cf. Fairclough, 2001). Além disso, o fato de estarmos vivendo em um período histórico caracterizado pelos processos de comodificação, democratização e tecnologia reforça a importância de estudos acerca dos gêneros discursivos (cf. Pagano, in Célia Magalhães, 2001, p.100).

Para entendermos como se dá a comunicação em uma esfera social, é preciso investigar os gêneros usados na interação entre os participantes dessa esfera, considerando aspectos lingüísticos e discursivos que podem ser percebidos tanto em uma análise microestrutural quanto macroestrutural. Essa perspectiva pressupõe a existência de uma **relação inseparável entre o gênero e a esfera social em que foi construído, ou seja, entre o texto e o contexto.**

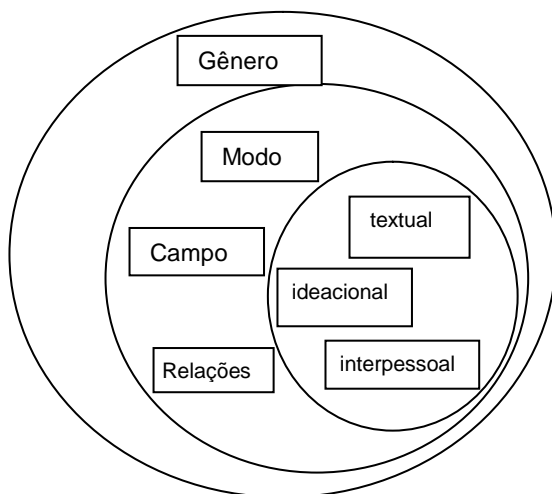
Com relação a isso, Martin in Christie & Martin (1997, p.4) afirma haver uma modelagem tanto da linguagem quanto do contexto social como sistemas semióticos em uma relação de realização um com o outro. Essa realização implica que a linguagem constrói o contexto social, é por ele construída e o reconstrói. A organização da linguagem e do contexto social é, ainda, funcionalmente diversificada. Com a linguagem, a diversificação funcional é modelada pelas metafunções: *ideacional*, *interpessoal* e *textual* (Halliday, 1994).

A *ideacional* está sempre ligada ao conhecimento, ao cognitivo; consiste na expressão do conteúdo, da experiência do falante em relação ao mundo real e ao mundo interior de sua própria consciência. Ela implica transitividade. Já a *interpessoal* consiste na interação entre a expressão dos papéis sociais, o desenvolvimento da personalidade do falante e a expectativa do interlocutor. Vê o modo do enunciado. A última, a *textual*, está extremamente ligada à coerência; consiste na construção e na organização de textos e envolve tema e informação; tema/rema; dado/novo. Todas essas funções coexistem em um discurso e são importantes na análise de discurso porque nos permitem perceber a linguagem presente num texto como representante da realidade, das relações sociais e construtora de identidades sociais.

De acordo com a visão de Halliday e Fairclough, a linguagem é multifuncional; assim, toda oração é uma combinação das três metafunções. E essa organização funcional intrínseca é projetada, no contexto, com as variáveis da teoria de registro: *campo*, *relações* e *modo*, que correspondem, respectivamente, às três metafunções mencionadas acima.

O contexto social é tratado como um sistema estratificado – compreendendo os níveis de *registro* e *gênero* (cf. Eggins e Martin, 2000). O

registro é usado como um termo geral para as variáveis acima e, estabelecido como um nível, faz a interface da análise do contexto social com a organização metafuncionalmente diversificada dos recursos da língua. Gênero, por outro lado, é estabelecido para além das metafunções a fim de representar as relações entre os processos sociais em termos mais holísticos. Assim, para demonstrar esse diálogo, Martin *in* Christie & Martin (1997, p.8) e também Eggins e Martin (2000) sugerem o modelo, a seguir, no qual **o registro contextualiza a linguagem e é, por sua vez, contextualizado pelo gênero.**



De acordo com Martin *in* (Christie & Martin, 1997, p.12), o gênero está relacionado aos sistemas de processos sociais em que os princípios para a relação desses processos entre si têm a ver com a textura e com as formas em que as variáveis de registro: *campo, relações e modo* são tecidas em um texto.

Ainda sobre o contexto, Meurer e Motta-Roth (2002) dizem que, em todo contexto de situação e de cultura¹, há atividades que são representadas na linguagem, há papéis desempenhados por nós e por nossos interlocutores que se estabelecem pela linguagem, e há pressuposições compartilhadas por nós e por nossos interlocutores sobre como essas atividades e esses papéis serão explicitados por meio da linguagem.

Tentaremos explorar isso na análise do texto midiático. A seguir, passamos à abordagem da ADC.

¹ Assim como cada texto tem seu meio, o 'contexto de situação', todo o sistema da língua tem seu meio, o 'contexto de cultura' nos termos de Malinowski.

A Análise de Discurso Crítica - ADC

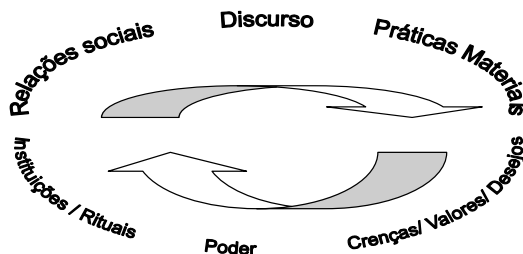
A perspectiva crítica de Análise de Discurso, em sua formulação mais recente, foi relacionada aos estudos da M.T.. De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), a vida social é o objeto de estudo da ciência social, e, particularmente, da Ciência Social Crítica. Segundo essa teoria, a vida social é feita de *práticas*, que são todas de produção, e o *discurso* é entendido como um dos elementos da prática social, que, ao mesmo tempo em que constrói outros elementos dessa prática, dialeticamente, é constituído por eles. Há, nesse sentido, uma **relação dialética entre discurso e estrutura social, em que o discurso molda a sociedade e também é moldado por ela.**

Procura-se, nesse sentido, demonstrar como práticas e estruturas sociais determinam a escolha dos elementos lingüísticos usados em nosso discurso, assim como nosso discurso influencia as estruturas e práticas sociais – **natureza bidirecional da linguagem.** Estas constituem, então, um elo entre estruturas e seus mecanismos, e eventos concretos entre sociedade e pessoas. Todas essas práticas envolvem configurações de diversos elementos da vida, e, portanto, diversos mecanismos.

Para esses dois pesquisadores, as práticas são modos habituais de ação social, ligados a um espaço e tempo particulares, em que as pessoas aplicam recursos (material e simbólico) para agir junto no mundo, e englobam diversos elementos da vida: *atividade material; relações sociais e processos (relações sociais, poder, instituições); fenômenos mentais (crenças, valores, desejos) e discurso*, que são articulados entre si.

Quando reunidos em uma prática, esses elementos são chamados *momentos* dessa prática, os quais são articulados de forma dialética, interiorizando outros momentos sem serem redutíveis a eles. Assim, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), a vida social, como sistema aberto, é constituída por práticas que, por sua vez, articulam outros momentos. O conceito de *articulação*, enfim, permite descrever não só como esses momentos se relacionam, mas também a relação de *internalização* entre eles. Portanto, o momento de discurso de uma prática é uma articulação de recursos simbólicos/discursivos, como: *gêneros, discursos e vozes.*

Podemos dizer que os dois autores apropriam-se da concepção de Harvey (2000), que não reduz a vida social a discurso e explicita uma visão dialética dos processos sociais nos quais o discurso é apenas um entre os seis momentos da prática social. Este autor, além do *momento discursivo*, identifica estes cinco outros momentos: *relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos, e instituições/rituais.* Essa visão dialética dos momentos da prática social é esquematizada, por Rodrigues (2002), na figura a seguir que procuramos reproduzir:



Nessa figura, o círculo interior, formado por duas setas, mostra a ligação entre os seis momentos da prática social. Temos que cada momento 'internaliza' os outros sem ser redutível a qualquer um deles. E podemos dizer que a apreensão do momento discursivo é fundamental, na medida em que ele articula, em uma prática específica, localizada em uma conjuntura social, os outros diversos momentos.

Chouliaraki & Fairclough (1999) salientam que compreender o momento discursivo significa observar a articulação não só dos vários momentos dentro de uma prática, como também a relação entre diferentes práticas; significa observar como os sujeitos podem posicionar-se dentro dessas práticas, reproduzindo uma ordem discursiva ou (re)articulando as práticas. Estas são articuladas simultaneamente com muitas outras de múltiplas posições sociais e com diversos efeitos sociais.

É relevante destacar, também, que as práticas têm, ainda, uma outra característica inerente: *a reflexividade*. Isso significa que, em toda prática, há um aspecto discursivo; as construções discursivas das práticas são partes das práticas – que é o que a reflexividade significa. Além disso, as práticas podem depender dessas construções para sustentar relações de dominação; dessa forma, **a reflexividade funciona ideologicamente e se tornou um traço cada vez mais importante da vida social especialmente nas sociedades da M.T.**

No modelo de 1999, temos uma nova visão da ADC, diferente das anteriores. Nesse modelo, a ADC é considerada não só como teoria, mas como método também. Enquanto um método para análise das práticas sociais, com particular consideração para os momentos do discurso, liga teoria e prática, realizando análise de práticas que acabam por ser construções teórico-práticas de discursos na vida social.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p.60) propõem um novo arcabouço analítico, apresentado a seguir, o qual será utilizado em nossa análise. Ei-lo:

1. *Um problema (é essencial como o definimos em uma pesquisa. Essa definição determinará o encaminhamento de uma investigação científica)*
2. *Obstáculos na superação do problema*
 - a) *análise da conjuntura*
 - b) *análise da prática da qual o discurso é um momento:*

- (i) *a(s) prática(s) é relevante para o problema?*
- (ii) *Relação do discurso com outros momentos*
 - . *discurso como parte da atividade*
 - . *discurso e reflexividade.*
- c) *análise do discurso:*
 - . *análise estrutural: a ordem do discurso*
 - . *análise interacional: - análise interdiscursiva*
 - *análise lingüística e semiótica.*
- 3. *Funcionamento do problema na prática*
- 4. *Possíveis maneiras de resolver o problema*
- 5. *Reflexão sobre a análise.*

Em seguida, apresentamos a análise do editorial jornalístico, com base nesse arcabouço.

Nos caminhos da análise de discurso crítica

Dada a limitação de espaço para este artigo, não seguiremos todos os passos propostos no arcabouço analítico acima representado e gostaríamos de ressaltar que não pretendemos, aqui, de forma alguma, esgotar todas as possibilidades de análise.

1. *Um problema:* A ADC se inicia pela percepção de um problema relacionado ao discurso em alguma parte da vida social. Os problemas dizem respeito a atividades da vida social, ou à construção reflexiva da prática social.

No caso do editorial do Jornal do Brasil, em estudo, temos retratado o problema de uma relação assimétrica de poder entre o governo, na pessoa do Presidente da República, Fernando H. Cardoso, e o Movimento dos Sem Terra (MST), na pessoa de seu líder, João Pedro Stédile, em que esse assume posição superior, imagem positiva e poder de articulação discursiva em relação a este. Além disso, há um problema relativo ao discurso da imprensa, como formador do senso-comum e de fortalecedor da hegemonia.

Sabe-se que a imprensa tem se caracterizado por exercer grande influência sobre a sociedade e pode ser considerada um dos pilares do universo midiático contemporâneo. Nesse sentido, é importante a análise de um gênero de discurso jornalístico opinativo, como o editorial, no qual, por meio de marcas lingüístico-discursivas, fica evidente a não-neutralidade da imprensa ao apresentar os fatos para o público leitor. A seleção e apresentação das notícias, muitas vezes, são feitas sob a ótica dos que detêm o poder. Isso, por sua vez, aponta para um outro problema: o discurso da imprensa não estimula no(a) leitor(a) uma consciência crítica a respeito de questões de interesse para o país.

No texto em análise, o(a) editoralista deixa explícita a sua posição contrária ao MST e, por conseguinte, favorável ao discurso dominante do

presidente da república. Essa parcialidade é característica dos editoriais pois, como explica Nascimento (2003) *in* Pauliukonis & Gavazzi (2003, p.85),

“o editorial é um texto argumentativo que representa a opinião da empresa jornalística que o publica. Através dele, é apresentado o posicionamento do jornal sobre fatos do dia-a-dia. A partir de um fato, o(a) editorialista desenvolve um raciocínio valorativo, através do qual defende, com argumentos persuasivos, a posição político-social do jornal e refuta as apostas, conduzindo o leitor à conclusão pretendida pela empresa.”

2. *Obstáculos a serem enfrentados*: São propostos três tipos de análise que conjuntamente podem especificar os obstáculos para enfrentar o problema: *análise da conjuntura, análise da prática da qual o discurso é um momento e análise do discurso*.

a) *Análise da conjuntura*: as conjunturas reúnem pessoas, materiais, tecnologias e práticas em torno de projetos sociais específicos e podem reunir diferentes instituições. A análise se volta para a configuração das práticas em que o discurso em foco se situa e o objetivo é dar uma visão do quadro da prática social em que o discurso se localiza. Na análise da conjuntura mais imediata em que o discurso se dá, focaliza-se o relacionamento do discurso com os processos de produção e consumo.

A princípio, em termos mais amplos, é importante destacar que, há mais de 40 anos, a Reforma Agrária é uma questão em debate no Brasil e ainda a ser resolvida. Nesse contexto, o MST constitui-se como um movimento organizado, que luta por essa reforma e, várias vezes, faz oposição explícita às ações do governo. Assim, o editorial refere-se a um momento específico em que Stédile, líder do MST, incita a população à invasão e a fazer manifestações:

(1) *“incitou a população a invadir lotes urbanos, fábricas e a fazer manifestações diante de supermercados”* (linhas 9-11, 1º parág.).

Além disso, podemos dizer que o texto foi produzido de forma particular, para uma distribuição e consumo complexos. Sua produção se deu no dia seguinte ao da posse do novo ministro da Justiça, Íris Rezende, quando o presidente pronunciou-se contrário à ‘desordem’ incentivada por Stédile, como podemos ver no exemplo (2):

(2) *“...a observação do presidente Fernando Henrique, ontem, na posse do novo ministro da justiça, Íris Rezende...”*(3º.parág.)

Quanto aos **sujeitos envolvidos**, temos: João Pedro Stédile (líder do MST), Fernando H. Cardoso (presidente da república), produtor(a) do texto e, indiretamente, a população brasileira (“apoio da Nação”).

Com relação **às instituições**, várias estão diretamente presentes: a

imprensa (Jornal do Brasil), o governo (poderes executivo – pessoa do presidente -, legislativo e judiciário – criação de leis para julgamento e punição de infratores: 2º parágraf.), os movimentos sociais (MST, movimento dos sem-teto). Indiretamente, podemos citar: o Partido Comunista do Brasil (cuja ideologia é considerada revolucionária pelo produtor do texto) e o Banco Mundial (fornecedor de recursos para a criação de fundo para financiamento de terras a pequenos proprietários e trabalhadores).

b) Análise da prática da qual o discurso é um momento: nesta fase é analisada a prática social da qual o discurso é um momento e são analisadas as relações dialéticas entre o discurso e os outros momentos da prática social.

O discurso em análise é um momento da prática social jornalística. Temos um editorial em que o autor coloca seu ponto de vista, posiciona-se em relação aos fatos, aos sujeitos e às posições por eles assumidas, mostrando-se claramente favorável ao discurso do presidente da república e buscando adesão do público leitor à sua posição.

Quanto a essa dimensão do editorial, cabe ressaltar a afirmação de Nascimento (2003), *in* Pauliukonis & Gavazzi (2003:88), de que nos editoriais jornalísticos a posição assumida pelo(a) editoralista em relação a determinado fato reflete a do jornal. A autora ressalta que, como o(a) redator(a) não tem voz própria, torna-se um eco da voz do jornal.

Indubitavelmente, na prática de produção do jornal, o discurso é parte fundamental. No texto analisado, o momento discursivo internaliza outros momentos dessa prática, como a seguir:

➤ *atividade material:* nesse editorial, a atividade material é essencialmente discursiva. Temos um texto no qual o(a) autor(a) narra fatos e fala do discurso de outros (do presidente e de Stédile), ou seja, temos um metadiscorso. Podemos ver, ainda, um entrecruzamento de vozes, que denota o caráter polifônico do texto: ora temos a voz do(a) produtor(a) do texto, ora a de Fernando Henrique Cardoso, representando, na perspectiva do(a) produtor(a), a voz do povo brasileiro, da nação, ora a do líder do MST, representando, por seu turno, a voz do próprio movimento social dos sem-terra.

➤ *relações sociais e processos (relações sociais, poder, instituições):* relacionados à variável de registro 'relações' e à função interpessoal. Podemos perceber a interação discursiva entre produtor(a) e leitores(as) por meio do texto; a interação do(a) produtor(a) com: os discursos de FHC e Stédile, o discurso dos movimentos sociais e ideologia do PCB; e a interação dos discursos do governo (representado por FHC) e do MST (representado por Stédile).

Como já dissemos, há uma relação assimétrica entre o governo e o movimento dos sem-terra, a qual é reforçada pela posição adotada no discurso da imprensa.

➤ *fenômenos mentais (crenças, valores e desejos)*: no discurso do editorial, notamos a crença do(a) autor(a) de que o líder do MST é uma influência negativa para a população e de que esta está a favor de FHC. Também há a crença de que FHC é a parte que está com a razão, no confronto governo *versus* MST. Ao tentar delinear essas crenças, vemos os valores que estão sendo aí disseminados:

1) o MST quer confronto e não acordo:

“O que Stédile quer é que os barris de pólvora explodam...A ele, não interessa o acordo, só o confronto.” (linhas 10-14, parág. 4);

2) o líder do MST não quer o que os sem-terra dizem querer, ou seja, a reforma agrária:

“Porque, na verdade, nem reforma quer.” (linhas 4-5, parág. 6);

3) o governo tem tentado resolver o problema dos sem-terra, mas Stédile tem recusado tudo que lhe é proposto: não quer resolução, mas a continuidade do problema:

“o MST recusou o convite feito pelo presidente da República para que integrasse comissão que discutisse a reforma agrária.” (linhas 2-4, parág. 6);

“o governo anunciou que o banco colocou R\$ 75 milhões nesse programa, mas Stédile não quer” (linha 5-6, parág. 7).

Vemos ainda, nos trechos de seu discurso transcritos no editorial, o desejo do presidente de colocar o povo contra o MST, na pessoa de seu líder; e o desejo do(a) produtor(a) de conseguir a adesão dos(as) leitores(as) a sua posição favorável ao líder do governo.

➤ *Discurso*: como esse momento é bem detalhado no tópico seguinte que compõe o arcabouço proposto pelos dois autores, Análise do discurso, optamos por uni-los para não nos tornarmos repetitivos.

c)Análise do discurso: essa análise se volta simultaneamente para a estrutura e para a interação.

No editorial em análise, podemos perceber o entrelaçamento de diferentes *ordens de discurso* (O.D.). Temos a O.D. da imprensa que trata da O.D. do poder executivo (na palavra do presidente da república), da O.D. do MST (na palavra de seu líder), da O.D. jurídica (à qual o jornal recorre para incriminar Stédile), e da O.D. política (governo e suas ações, posse do ministro, remissão ao PCB).

Quanto à estruturação do *gênero discursivo*, destacamos no editorial diferentes *modos retóricos*. O gênero editorial é iniciado com o modo retórico da *narração*. Assim, começando seu texto com um fato, o(a) editoralista, além de contextualiza-lo e introduzir o tema, aumenta sua credibilidade junto ao(à) leitor(a), pois seu discurso faz referência a um conteúdo presumivelmente

conhecido do leitor. Isso, conforme Nascimento, confere legitimidade ao discurso e afirma a postura de convicção do(a) argumentador(a) para com sua tese:

“...João Pedro Stédile preparou, no auditório....a peça de acusação....Nas entrevistas durante o IV Fórum....disse.....seguida incitou a população” (linhas 1-10, parág. 1).

Aliado a esse modo, temos o *da informação, da persuasão, da descrição, da opinião* e, como predominante, o *argumentativo*.

Quanto à *informação*, ele se entrelaça, muitas vezes, com o da narração, quando o(a) autor, ao narrar, também informa os(as) leitores(as) sobre alguns acontecimentos, um dos objetivos de um editorial, e com o da descrição:

“...a observação do presidente..., ontem, na posse....Em outro momento, o líder do MST apoiou ...É economista, formado...trabalha na militância...”(3º.,4º. e 8º. par.)

Podemos dizer que a *persuasão* está marcada, por exemplo, pelo uso:

a) do presente do indicativo no discurso do(a) produtor(a), ao se posicionar, e nas transcrições de falas do presidente: “imagina”, “está” (2º par.); “é”, “exige”, “não há”(3º par.); “não há”, “admite”, “aplica-se”, “tem”, “é”, “move”, “quer”, “prega”, “não interessa” (4º par.); “diz”, “não é”, “está” (5º par.); “não é”, “quer”, “é”, “não produz” (6º par.); “não é”, “diz”, “não quer”, “foge”, “anuncia”, “vai”, “quer” (7º par.); “é”, “não é”, “trabalha” (8º par.); “afirma”, “exige”, “são”, “tem o dever”, “sabe” (9º par) ;

b) do paralelismo, em conjunto com o presente do indicativo, nos parágrafos 2, 5 e 9 - “Tem aí...”, “Tem razão...”, “Tem, portanto,....”.

Esses recursos marcam, ainda, a *opinião*. A predominância do modo *argumentativo*, muito característico do discurso da imprensa, - formador de opiniões -, fica evidente em todo o texto, o qual é tecido de forma a apresentar uma cadeia de argumentos, a partir dos discursos do presidente, do líder do MST e do(a) produtor(a) do texto, direcionada ao favorecimento da postura de FHC, defendida pelo Jornal do Brasil.

É relevante destacar que o tempo verbal, presente do indicativo, é considerado o do ‘mundo comentado’, que, segundo Weinrich (1973) *apud* Koch (1999), implica uma atitude tensa, um compromisso do locutor com seu discurso. Às ações do locutor, ligam-se os morfemas do tempo verbal, como elencamos acima, por meio dos quais tece comentários acerca do mundo, numa atitude crítica. Segundo Koch (1999), é um sinal de alerta para advertir o interlocutor de que se trata de algo que o afeta diretamente e de que o discurso exige a sua resposta.

No que diz respeito ao modo *descritivo*, este pode ser visualizado, em especial, no penúltimo parágrafo, quando o(a) editoralista descreve Stédile.

Essa descrição tem também função argumentativa, pois, ao descrever o líder do MST, o(a) produtor(a) do texto demonstra conhecê-lo de forma detalhada, e isso se constitui em uma espécie de prova convincente dentro do universo persuasivo. Por meio desse recurso, como Nascimento (2003) argumenta em seu artigo, o fato torna-se visível aos olhos daquele(a) que se pretende persuadir, aumentando a força argumentativa do texto.

Vale ressaltar aqui duas estratégias argumentativas e persuasivas. Primeiro, o uso do operador argumentativo conclusivo “portanto”, no início dos parágrafos 3, 5 e 9, quando o(a) autor(a) do editorial adere, explicitamente, ao discurso do presidente e busca, conseqüentemente, conseguir a adesão do público. Segundo, as falas de Stédile e de FHC (parágs. 1, 3, 5, 6, 7 e 8) são apresentadas em forma de discurso direto com aspas, de forma a atribuir veracidade aos fatos, “comprovar” o discurso do(a) produtor(a), assim como resguardar a sua face, por meio do emprego da voz do(s) outro(s). Temos aqui uma *intertextualidade manifesta*, conforme Fairclough (2001).

A *interdiscursividade* também está presente no texto, pois vemos o entrecruzamento dos discursos da imprensa com o judicial, por meio do uso de vocabulário legal, em:

“Tem aí tudo que o Ministério Público precisa para enquadrá-lo no artigo 286 do Código Penal....é crime previsto em lei. Tipificado.” (2º. parág.)

Com relação à *escolha do vocabulário*, podemos associa-la à variável de registro ‘campo’, correspondente à função ideacional. A escolha em termos de significado que o autor quis expressar revela-se no léxico do texto e sabemos que essa escolha é um dos meios reveladores da posição do sujeito produtor e da(s) ideologia(s) que está(ão) sendo veiculada(s).

Assim, é interessante salientar o importante papel que desempenha o próprio título do texto “*Acendendo o Pavio*”. O uso do verbo no gerúndio dá a idéia de ação/ações em desenvolvimento e, associado ao conteúdo do editorial, dá margem a duas leituras: remete tanto à ação do líder do MST, ao incitar a população à invasão e a fazer manifestações, quanto à ação do(a) próprio(a) produtor(a) do texto, pois esse(a) tenta articular o discurso não só de forma a colocar o povo contra o líder do MST e a favor do presidente, como, direta ou indiretamente, de modo a acirrar o confronto entre MST e governo, ou seja, ambos “acendem” o pavio. A seleção da palavra “pavio” também é bastante significativa, pois o efeito de sentido que se obtém por meio dela, em lugar de, por exemplo, “fogo”, está estreitamente relacionado com bomba, guerra, confronto. Em se pensando num contraste entre fogo x bomba, pode-se entender que os danos são bem maiores quando da explosão de uma potente bomba e durante uma guerra. Esse efeito de sentido é reforçado, ainda, nos parágrafos 1º, 2º e 4º respectivamente: “*barril de pólvora*”; “*barris de pólvora e acender o pavio das invasões*”; “*barris de pólvora explodam. Que o rastilho se espalhe.*”

No texto, também, temos a utilização do recurso da *ironia*, quando

o(a) produtor(a) diz que o próprio Stédile preparou o que será utilizado contra ele, ao incitar a população:

“O líder dos Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, preparou, no auditório do BNDES, a peça de acusação que o Ministério Público usará no processo que o Ministério da Justiça está movendo contra ele” (1º parág.)

e quando ele(a) se refere ao líder do MST usando o pronome de tratamento “*senhor*”, no 2º parág.

Outro ponto importante é como é feita a *construção de identidades* para o líder do MST e para FHC, o que se relaciona com a função interpessoal e com a variável de registro ‘relações’.

Temos estabelecida a oposição: **identidade negativa para Stédile versus identidade positiva para FHC**. A construção de uma identidade negativa para o líder do MST pode ser percebida pelo uso de alguns recursos lingüístico-discursivos. A título de exemplificação, temos:

a) a escolha dos verbos de ação, reafirmando a posição de ‘baderneiro’, ‘promotor de desordem’ criada pelo(a) produtor(a) do texto:

*“preparou a peça”, “incitou”, “invadir”, “fazer manifestações” (parág.1);
“acender o pavio” (parág. 2);
“recusou” (parág. 6);
“diz não concordar”, “anuncia que vai a Brasília...impedir” (parág. 7)*

b) o uso da descrição de Stédile, em tom irônico, para comprovar que seu discurso não é condizente com a prática:

*“o senhor Stédile imagina que está acima da lei” (linhas 7-8, parág. 2);
“O mais curioso é que Stédile não é sem-terra, ou sem-teto, ou sem-emprego....É bem provável que tenha, também, alguma terra. Se a reforma agrária se fizesse, aí sim, ele seria sem-emprego.” (parág. 8)*

c) a escolha lexical para designar as ações do MST, colocando-as como premeditadas e prejudiciais para toda a nação e não só para o governo:

“a onda premeditada de violência e anarquia não é apenas um atentado contra a democracia” (parág. 5)

Em contrapartida, uma identidade bem positiva é construída para FHC. Vejamos, como exemplo:

a) a utilização de advérbios de modo categóricos, de adjetivo e de conjunção conclusiva, atribuindo um caráter de verdade, firmeza, responsabilidade às falas e atos do presidente:

“Foi absolutamente lúcida, portanto, a observação do presidente Fernando

Henrique.....,quando afirmou que 'o limite da paciência e da tolerância é a democracia'.(parág. 3);

"Tem razão, portanto, o presidente,..."(parág. 5);

"Tem, portanto, absoluto apoio da Nação..." (parág. 9)

b) a escolha de verbos de ação direcionados para a construção de uma imagem do governo como democrático, preocupado com o povo e com a nação como um todo, cumpridor de seu dever e das leis; contrário a tudo que prejudica o país:

"ao indignar-se com o comportamento" (parág. 5);

"o governo anunciou que o banco colocou R\$ 75 milhões nesse programa..."(parág. 7);

"quando afirma que a sociedade brasileira exige um basta ao clima de baderna..." (parág. 9);

'impedir que a desordem corrompa a liberdade e que não faltará ao seu dever.....' (parág. 9).

c) as nominalizações, que atuam na construção de um sujeito que age, que luta em prol do povo, que não hesita, é paciente, tolerante, contrário ao que o MST tem feito:

"o convite feito" (parág. 6);

"a advertência do presidente Fernando Henrique"(parág. 9) ;

"o dever de impedir" (parág. 9);

"Mas sem hesitação." (parág. 9);

"não é apenas um atentado contra a democracia", mas 'atentado contra a esperança do povo brasileiro...'(parág. 5)

Em linhas gerais, podemos dizer que o líder do MST é representado como alguém que: estimula o grupo, o qual lidera, a provocar a desordem; não quer fazer acordos, mas, sim, continuar os confrontos; não quer o que, teoricamente, é ponto maior de luta do MST – a reforma agrária, pois com esta ele deixaria de ter "seu emprego"; rejeita todas as propostas que o governo faz para tentar minimizar os problemas dos sem-terra; é radical; não se preocupa em cumprir as leis de seu país; premedita violência e anarquia; e, além de tudo isso, não pertence ao grupo que lidera, uma vez que não é sem-terra, ou sem-terra, ou sem-emprego. Em suma, é representado como alguém maléfico para a sociedade brasileira.

Gostaríamos de ressaltar, aqui, a topicalização do objeto feita no trecho *"A ele não interessa o acordo, só o confronto"*, no fim do 4º. parág., que contribui para ressaltar a culpa de Stédile, a construção de uma identidade negativa para o líder.

O presidente FHC, ao contrário, é representado como um governante que: é lúcido, democrático, quer o bem do povo brasileiro, quer a ordem e o respeito, é preocupado com os movimentos sociais, pois tenta criar comissões e programas para a resolução dos problemas de grupos minoritários; prima

pela liberdade; é cumpridor das leis e de seu dever como líder da nação brasileira.

Tudo isso, sem dúvida, está relacionado à intenção discursiva do(a) produtor(a) do texto que busca, por meio da *estratégia da racionalização*, conforme Thompson (1995), construir uma cadeia de raciocínio em que procura defender, ou justificar, a postura do presidente e a instituição governamental, representando-as como legítimas, e, com isso, persuadir o público leitor de que são dignas e justas. Da mesma forma, observamos no texto outros modos de operação da ideologia, como a *dissimulação*, a *unificação* e a *fragmentação*.

Quanto ao primeiro, observamos o uso da *sinédoque* quando, por exemplo, é empregada pelo presidente FHC a expressão “*setores inconformados*”, no 5º parág., para se referir ao MST, ou seja, ele usa um termo que se refere ao todo - pois pode-se dizer que são vários os setores inconformados da sociedade -, a fim de se referir a uma parte: o MST. Com isso, como afirma Thompson (1995, p.6), dissimula relações sociais, por meio da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas.

Também observamos o uso da *metáfora* tanto na fala de Stédile, “*as grandes cidades brasileiras viraram barril de pólvora*” (1º. parág.), quanto no discurso do(a) produtor(a) do editorial: “*Acendendo o pavio*” (título), “*acender o pavio das invasões*” (2º. parág.). Segundo Thompson, a metáfora é uma estratégia por meio da qual pode-se dissimular relações sociais através de sua representação, ou da representação de indivíduos e grupos nelas implicados, como possuidoras de características que elas, literalmente não possuem, acentuando, com isso, certas características às custas de outras e impondo sobre elas um sentido positivo ou negativo. Nos exemplos acima, o sentido imposto é negativo.

No tocante à *unificação*, percebemos o uso das estratégias da *padronização* e da *simbolização da unidade*, as quais são muito empregadas por autoridades de Estado que procuram desenvolver uma linguagem nacional, em um contexto de grupos diversos e lingüisticamente diferenciados e, ainda, criar uma identidade coletiva entre os grupos. Isso pode ser verificado no discurso do presidente, em: “*...atentado contra a esperança do povo brasileiro*” (5º. parág.) e no uso reiterado da palavra “*democracia*” no sentido de unir os indivíduos e manter a relação de poder. Também pode ser visto no discurso de Stédile quando usa a expressão “*despossuídos da cidade*” (4º. parág.), que pode ser considerada uma relexicalização, suprimindo as diferenças e divisões existentes entre sem-terra, sem-teto, sem-emprego, etc.

No que diz respeito ao modo de operação da ideologia denominado por Thompson de *fragmentação*, ele também está presente no editorial. Esse modo, da mesma forma que outros, atua na manutenção de relações de poder, uma vez que acentua as diferenças e segmenta indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou

dirige forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso, ameaçador.

A *fragmentação* é utilizada por meio das estratégias de construção simbólica: diferenciação e expurgo do outro, a fragmentação do seguimento MST, o reforço da diferença FHC *versus* STÉDILE, governo *versus* MST, e o expurgo do líder dos sem-terra, pois ele é representado como uma ameaça à ordem da nação, como um “baderneiro”.

3. *Possíveis modos de superar os obstáculos*: A princípio, podemos vislumbrar três possíveis modos de superar os obstáculos relacionados no item 2, os quais, vale ressaltar, não são ‘realizáveis’ a curto prazo:

a) a conscientização, por parte do público leitor, em especial, dos processos ideológicos envolvidos nesse texto editorial e nos editoriais em geral;

b) desenvolvimento, no âmbito escolar e nos demais ambientes sociais, da prática da reflexividade nos sujeitos cidadãos/leitores, para que possam ser capazes de se posicionar diante dos fatos, e não, simplesmente, ‘adotar’ a visão de mundo de outrem;

c) a criação de uma imprensa a serviço do povo, que não esteja submetida e submissa ao grande capital.

4) Reflexão sobre a análise:

Entendemos que nossa análise foi um exercício na prática teórica, isto é, nós não tivemos, obviamente, contato com os sujeitos envolvidos, não usamos suas perspectivas para ajudar-nos a determinar o que era problemático, nem produzimos uma análise que esgotasse todas as possibilidades de construção de sentido dentro da prática. Contudo, ela nos possibilitou averiguar o que delineamos como problema e nos ajudou a ver com maior clareza um dos grandes obstáculos enfrentados pela sociedade - a parcialidade da imprensa, normalmente em prol da classe dominante, devido ao jugo do poder, à dependência do capital - e como isso influencia na manutenção do *status quo*. Além disso, nossa análise, de certa forma, mostrou a necessidade de os(as) leitores(as) terem uma consciência lingüística crítica para serem capazes de desvelar os sentidos e ideologias subjacentes aos discursos e não se tornarem meros(as) reprodutores(as) e mantenedores(as) das relações assimétricas de poder. Ao contrário disso, serem capazes de tentar transformar a realidade.

Considerações finais

Esperamos, com nossa pequena amostra, ter conseguido demonstrar o quão produtiva pode ser uma análise com base no novo arcabouço da ADC proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), envolvendo a questão de *gênero discursivo, constituição de identidades e a perspectiva funcional da linguagem*.

Além disso, gostaríamos de salientar a proposta de reflexão sobre a nossa própria prática que está no bojo desse modelo e a necessidade de formação de leitores(as) críticos, mencionada no item anterior. Para este fim, entendemos que uma abordagem na perspectiva aqui adotada pode contribuir muito. Assim, esperamos ter despertado em muitos o desejo de conhecer um pouco mais a Análise de Discurso Crítica, em especial, a versão de 1999.

OTTONI, M. A. R. IN THE WAYS OF THE CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS: ONE SAMPLE OF APPROACHING JOURNALISTIC EDITORIAL

Abstract: *In this article, we present a critical discourse analysis of a journalistic editorial, in according to Chouliaraki e Fairclough (1999)'s framework. We investigate how the identities are represented in this genre to the light of Critical Discourse Analysis and Systemic Functional Linguistic (Halliday, 1994). Our analysis show the need of the readers have a critical linguistic awareness for to be able to understand the underlying meanings and ideologies to discourses and for they don't become mere reproducers of asymmetrical relations of power.*

Keywords: *critical discourse analysis; systemic functional linguistic; genre; identities.*

Referências Bibliográficas:

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. M. E. G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CHRISTIE, F. & MARTIN, J.R. **Genre and institutions**. Londres e Nova York: Continuum, 1997.

EGGINS, S. & MARTIN, J.R. Genres and registers of discourse. *In*: van DIJK, T.A (ed.). **Discourse: A Multidisciplinary Introduction**. Londres: Sage, 1996.

FAIRCLOUGH, N.. **Discurso e mudança social**. Org., revisão da trad., prefácio à ed. bras. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to Functional Grammar**. Londres: Edward Arnold, 1985.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Trad. A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

KOCH, I. V. **Argumentação e linguagem**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MEURER, J.L & MOTTA-ROTH, D. (orgs.) **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru: EDUSC, 2002.

NASCIMENTO, K. C. de S. Mecanismos argumentativos no jornalismo escrito. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S.(orgs.). **Texto e discurso: mídia, literatura e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003: 85-96.

RODRIGUES, E.G. **Sobre a consciência lingüística crítica: discurso, reflexividade e formação de professores/as alfabetizadores/as**. Brasília, 2002. (dissertação de mestrado inédita, UnB). Departamento de Línguas Clássicas e Vernácula, Universidade de Brasília, 2002.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.